

## PATRIMÔNIO E HISTÓRIA PÚBLICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A MEDIAÇÃO DO PESQUISADOR ENTRE A UNIVERSIDADE E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANÁRIAS, NO MARANHÃO

Marta Gouveia de Oliveira Rovai<sup>1</sup>

**Resumo:** este artigo visa mostrar o trabalho realizado com alunos da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) sobre o processo de transmissão de conhecimento, registro e valorização da cultura material e imaterial de pescadores, catadores de caranguejo e barqueiros nas comunidades de Canárias, no Maranhão. A pesquisa, que durou cerca de um ano e que baseou-se na observação participativa e na história oral, procurou fazer o levantamento de saberes e fazeres dos trabalhadores do rio e do mar, além de estimular o debate sobre os problemas enfrentados pelos moradores – como o turismo, a falta de direitos básicos, além da ausência de práticas preservacionistas pelas novas gerações –, exigindo de cada pesquisador uma reflexão sobre a necessidade de que a universidade se torne mediadora e também divulgadora das experiências da cultura popular, contribuindo para o fortalecimento da identidade e da luta coletiva em favor de políticas públicas, dando um caráter de participação coletiva e divulgação pública à história.

**Palavras-chave:** Canárias; comunidades tradicionais; patrimônio material e imaterial; história pública.

**Abstract:** this article aims to present the research done with students at the State University of Piauí (UESPI) on the process of knowledge, registry and valuation of intangible culture of fishermen, crab collectors and boaters in Canárias communities, Maranhão. The creation of workshops, raising knowledge and practices, beyond the debate about the problems faced by workers – such as tourism, the lack of basic rights, and the absence of preservationists practices by new generations – requires that the university becomes a mediator and witness the experiences of popular culture, contributing to the strengthening of identity and collective struggle for public policy, giving a character of collective participation and public disclosure to the history.

**Keywords:** Canárias; traditional communities; material and immaterial heritage; public history.

### Apresentação

No ano de 2013, desenvolvi projeto de pesquisa com o Grupo de Estudos e Pesquisa Cidade, Cultura e Identidade (CCI), envolvendo discentes do curso de História, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). O objetivo do estudo era estimulá-los a pensar sobre os conceitos de cultura material e imaterial, conhecendo

<sup>1</sup> Professora Adjunta de Prática da Pesquisa Histórica na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG); pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP) e líder do Grupo de Pesquisa História do Brasil: memória, cultura e patrimônio, da UNIFAL-MG. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutoranda pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

e reconhecendo o modo de vida, os saberes, as manifestações culturais e fazeres de moradores na comunidade pesqueira de Canárias, no Maranhão. Ali, convivemos com pescadores, catadores de caranguejos, marisqueiras, barqueiros e pequenos agricultores que vivem próximo ao Delta do Rio Parnaíba divisor daquele estado e do Piauí e que deságua no Atlântico<sup>2</sup>.

Durante cerca de um ano, como representantes da Universidade, aprendemos a ouvir suas histórias e memórias, seus feitos, crenças e dificuldades de sobrevivência; também a escutar sobre sua relação íntima com a natureza – igarapés, dunas, peixes, carnaúbas e buritis – colocando em questão a necessidade de usos e de preservação desses bens, que significam e que ganham sentido nas relações sociais e entre homens e meio ambiente.

Ali, fomos diversas vezes questionados por eles sobre o caráter de nossa presença; sobre o papel da Academia no trato com a comunidade e os encaminhamentos de soluções para problemas como as consequências do turismo predador e o avanço de dunas sobre casas e locais de trabalho, além da própria organização dos trabalhadores locais.

Percebemos que havia a consciência por parte da maioria sobre a importância do conhecimento e da ação dos intelectuais, em conjunto com os habitantes e seus saberes, na elaboração de políticas públicas direcionadas ao patrimônio material e imaterial. Nesse sentido, fomos cobrados não apenas por reproduzir suas histórias escritas, mas principalmente para ouvi-los com atenção e colaborar na ampliação dessa escuta socialmente.

Essa comunidade tradicional<sup>3</sup> estava, em outras palavras, reivindicando a existência de uma concepção de história atuante, dialógica, comprometida e difusora de suas experiências, seu patrimônio cultural. Estava, enfim, pensando, sem nomear, na construção de uma história pública capaz não apenas de difundir, divulgar e facilitar o acesso à informação, mas principalmente de denunciar, exercendo papel político.

---

<sup>2</sup> Entre janeiro e junho de 2013, a pesquisa foi financiada pela CAPES.

<sup>3</sup> Entende-se por comunidade tradicional o que Antônio Carlos Diegues e Bárbara E. Pereira definem como aquelas “entre as quais são evidenciadas a transmissão oral, a existência de uma ampla ligação com o território habitado, os sistemas de produção voltados para a subsistência e o caráter econômico pré-capitalista” (2010, p.39).

### Algumas considerações sobre patrimônio

Para José Gonçalves (2005), patrimônio foi um conceito inventado pelo ocidente, marcação na linguagem de uma preocupação que já existiria na prática há milhares de anos em múltiplas sociedades. Todo agrupamento humano, todo povo, produziria uma cultura e desenvolveria o sentido de propriedade, de pertencimento e identidade em torno dela, procurando preservar aquilo que diria respeito à sua existência. Como tal, patrimônio deveria ser entendido não apenas como herança, aquilo que recebemos, mas também como criação, aquilo que se quer deixar, preservar, rememorar. Não se pode conceber a noção de patrimônio sem a ideia de um dono e a concepção de pertencimento e continuidade.

Para o autor, ainda, pensar a manifestação cultural de uma comunidade deve levar em conta aspectos importante como a ressonância, a materialidade e a subjetividade. Ou seja, é preciso compreender como elementos de práticas e saberes são sentidos e vivenciados pelos grupos (independente de uma vontade consciente ou de uma decisão do Estado); como eles se manifestam materialmente em rituais, manifestações e criações coletivas; e, enfim, como expressam a “alma coletiva” e sua memória.

Embora a noção de patrimônio tenha sido uma preocupação desde os séculos XVIII e XIX, a discussão em torno da memória e da necessidade de preservação e conservação de bens imateriais, no entanto, ganhou maior dimensão no século XXI, justamente quando as experiências, a memória e o sentido de proteção foram ameaçados pelas novas temporalidades, cada vez mais aceleradas e arrasadoras do capitalismo. Como já chamavam a atenção Pierre Nora (1993) e François Hartog (2006) vivemos a crise da memória, a perda de referências pelas quais nos definimos enquanto coletividade, o que nos coloca em constante processo de busca de “lugares de memória”, marcos de nossa identidade. Para Nora, quando uma sociedade busca sua memória é porque ela já não está lá, dissolvida entre muitas outras, fragmentadas em grupos, em tribos, em multiplicidade de auto-definições, diferentemente das narrativas nacionais do final do século XIX e início do XX.

Historicamente, os primeiros sintomas da perda de referenciais coletivos podem ser identificados no século XVIII, quando o processo revolucionário

fragmentou sentimentos de unidade e deslocou pessoas de seus espaços e de suas temporalidades cotidianas, fazendo romper certezas e sentimentos de segurança. A Revolução Francesa, assim como a Revolução Industrial inglesa, promoveram um fenômeno traumático de descontinuidades no modo de viver camponês, com perdas coletivas, materiais e espirituais. O conflito de classes – seja no espaço da fábrica ou no território urbano – e o fortalecimento dos Estados Nacionais burgueses levaram à construção de narrativas homogêneas e nacionalistas, na tentativa de amenizar os confrontos e adotar um conjunto de bens monumentais, erigidos e legitimados e valores que deveriam representar a categoria nação, do ponto de vista da burguesia. Isso representaria escolher o patrimônio, ou seja, as heranças, bens e memórias que deveriam permanecer, omitindo diferenças entre identidades locais.

Segundo Márcia D'Aléssio (2012), a luta pela preservação em meio à destruição revolucionária e o conflito de classes promoveu, a partir daí a necessidade dos grupos dominantes de buscarem um passado, recriado e cultuado, materializado em patrimônio, depositório de um tipo de nação desejada e única, ocultando a própria origem de embates, para se afirmar.

Nesse sentido, as narrativas nacionais procuraram criar “donos” dos bens – principalmente os monumentais – e sentimentos de pertencimento, deslocando mortos e fatos de sua historicidade, para dar-lhes novo sentido e fazê-los confluir com o presente, de forma anacrônica. A ideia de patrimônio, assim, foi identificada com a existência de uma unidade abstrata, autônoma e homogênea, relegando as experiências ao esquecimento, em nome de um patrimônio nacional, com bens e práticas culturais que inscreveram os limites da nação.

No Brasil, o processo não foi muito diferente do que ocorreu na Europa. Com a independência do país se consolidando no século XIX, “a gênese da construção da memória nacional está ligada à própria formação do Estado-nação brasileiro, como forma de garantir a unidade territorial” (FERNANDES, 2005). Segundo Ricardo Oriá Fernandes, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1837, por ordem de D. Pedro II, foi precursora da busca e eleição de um patrimônio nacional. Historiadores como Rodolfo Varnhagen tiveram como incumbência traçar o perfil da nação brasileira, sua memória coletiva e de sua identidade nacional, a partir da seleção de nomes e fatos considerados representantes da “brasilidade” calcada principalmente na cultura europeia. Cabia a esses intelectuais:

Recriar um passado homogêneo, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos históricos, constituir a galeria dos "heróis nacionais", através do estudo, pesquisa e elaboração de biografias, capazes de fornecer às gerações futuras exemplos de civismo, patriotismo e devoção à Pátria. (FERNANDES, 2005, p .5)

Nesse sentido, toda produção cultural de negros e indígenas durante a história brasileira foi estigmatizada e desconsiderada como elemento formador da nação. Pelo contrário, apenas elementos ligados à herança portuguesa foram considerados patrimônio nacional: igrejas, casarões e conjuntos de cidades coloniais foram entendidos como “bens autênticos” a serem preservados.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-45), o projeto de formulação de práticas patrimoniais para unificar a nação ficou ainda mais claro e organizado. A concepção de um “novo homem”, identificado pelo trabalhismo e pela postura ordeira e disciplinada diante de um Estado autoritário, delineou propostas de edificação do patrimônio, principalmente com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), criado em 1937. Intelectuais como Mário de Andrade e Gustavo Barroso foram encarregados de identificar bens materiais como elementos da cultura considerada nacional. Mário de Andrade realizou missões por vários cantos do país a fim de conhecer manifestações populares, sobre as quais defendeu o reconhecimento e a legitimidade. No entanto, o que prevaleceu foi o conceito de um Estado “tutor” do povo, com seus membros especialistas e “competentes”, responsável por indicar a autenticidade brasileira, a partir de critérios externos às comunidades: raridade, monumentabilidade e estética.

No entanto, os anos de 1970 e 1980 colocaram em xeque os elementos que determinariam o sentimento de pertencimento e autenticidade de bens nomeados pelo Estado. Afinal, a indicação de conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos por especialistas seria o suficiente para a sua legitimação enquanto representantes da vontade coletiva de preservar ou conservar?

O processo de redemocratização política na América Latina, entre os anos 1970 e 1980, após o período de autoritarismo, trouxe novas demandas em busca de afirmação e reconhecimento: movimentos sociais de negros, mulheres e indígenas, por exemplo, provocaram novas reflexões sobre o sentido de preservação, de apropriação de bens, manifestações não apenas materiais e homogêneas,

revelando novos desejos de permanência, disputas por memórias locais e grupais, antes relegadas ao esquecimento.

Representantes do México e da Bolívia, por exemplo, nos anos 1980, reivindicaram o direito à memória e à preservação de bens intangíveis (ou imateriais) conferindo cidadania à cultura popular e ao ato de reconhecimento de uma nova autenticidade. Comunidades tradicionais<sup>4</sup> na América Latina passaram a chamar para si a responsabilidade sobre a escolha do que manter, adquirir, construir e deixar para as novas gerações. Assistiu-se a preponderância dos grupos plurais sobre as narrativas antes nacionais e padronizadoras; das experiências populares sobre as narrativas abstratas e sem vida.

Isso exigiu mudanças na postura e entendimento de órgãos como a UNESCO, que passou a pedir a Salvaguarda da Cultura Imaterial, esta considerada também como passível de valoração e preservação.<sup>5</sup> O reconhecimento da cultural intangível e da fragilidade de sua difusão e conservação levou à necessidade de se considerar as comunidades como participantes do processo de seleção e eleição do patrimônio, da herança a ser perpetuada socialmente, o que implicou na ampliação e na democratização dos critérios de escolha. As referências culturais, ou seja, tudo aquilo que dá sentido e vida às comunidades também passaram a ser consideradas, deslocando o monopólio de intelectuais e especialistas para dizer em nome da uma nação imaginária o que deveria ser preservado para os próprios produtores de saberes e fazeres:

Um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público. (GONÇALVES, 2005, p.19)

<sup>4</sup> Segundo o Decreto 6040, de 07 de fevereiro de 2007, do Governo Federal, Povos e Comunidades Tradicionais são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>.

<sup>5</sup> Segundo o IPHAN, patrimônio cultural imaterial (ou intangível) é o conjunto das expressões culturais e as tradições que um grupo de indivíduos preserva em respeito à sua ancestralidade e que deseja dar continuidade nas gerações futuras. São exemplos de patrimônio imaterial e que estão no Livro de Registros: os saberes,, os lugares, as formas de expressão e as celebrações. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>.

Para Gonçalves, ressonância implica em reconhecimento, identidade e pertencimento de um grupo, que se vê representado em um conjunto de bens materiais e imateriais e que deseja conservá-lo como seu e dar-lhe continuidade. Para o autor, a cultura, quando autêntica, não se impõe de fora sobre os indivíduos, pois ao contrário do que pensavam os intelectuais defensores dos Estados Nacionais, entre os séculos XVIII e XX, o passado não existe na forma como determinados objetos são apreciados através das vitrines dos museus. A cultura autêntica é aquilo que escapa de toda e qualquer definição, classificação e identificação precisa e objetificadora, pois ela precisa ser sentida e vivenciada.

No processo de escolha e de desejo de preservação de patrimônio há conflitos, experiências e sensibilidades e, por isso, muitas vezes a autenticidade de uma herança material ou imaterial se revela no espaço de pequenas subversões e táticas de resistência ao que lhe é imposto por profissionais do Estado e de órgãos especializados, a capacidade inventiva e a margem de manobra contra violência simbólica que muitas vezes representa o discurso nacionalista. A autenticidade do patrimônio não é abstrata, pois não se pode transferir nostalgia do passado a uma comunidade se ela não se enxergar nele. Sujeitos não são meros receptores, consumidores passivos de bens culturais. Este aspecto aprendemos dialogando com o objeto de nossa pesquisa, os pescadores das Canárias, revelando-se cada vez mais sujeitos de sua história. Assim, percebemos que valores, crenças e práticas não podem ser tombados e nem possuem caráter apenas utilitário, mas são vivências que precisam ser conhecidas e reconhecidas.

Para Nestor Canclini (1994), com o processo de democratização e também de globalização (ou mundialização cultural), tornou-se cada vez mais necessário ouvir as comunidades, observar as diversidades e prestar atenção às referências de pertencimento. A urbanização, a imigração e a internacionalização de bens materiais e simbólicos num mundo em que as fronteiras territoriais e físicas se desfazem redefinem o conceito de nação e as narrativas sobre patrimônio, pois não há mais um território e uma comunidade exclusivos. Há assimilações culturais, o que Canclini nomeia como hibridismo cultural, deslocando olhares sobre bens antes ignorados, frutos de relações ecléticas.

Entender o patrimônio como resultado de disputas e diversidades implica em entender novas relações de poder e negociação, assim como refletir sobre o papel

que as novas tecnologias – como a internet – podem assumir com a difusão, o conhecimento e reconhecimento das produções culturais. Também pressupõe pensar como é ainda precária a redemocratização do debate sobre as heranças culturais, a difusão e a valorização dentro e fora do espaço da Universidade, assim como o papel da Academia na mediação entre conhecimento e sociedade. Como é possível que o trabalho de pesquisadores possam colaborar para o reconhecimento da autoria e a garantia de acesso das comunidades populares aos seus próprios bens? Que ações, juntamente a essas coletividades, podem ajudar a pensar a mercantilização, a produção e a circulação do que é criado constantemente pelos grupos sociais? Até que ponto se dá o reconhecimento da autoria e há o retorno em benefícios sociais para aqueles que produzem o patrimônio cultural e desejam mantê-lo como continuidade? Eis um dos desafios da Universidade.

### **História Pública: um diálogo necessário em torno do patrimônio imaterial e as comunidades tradicionais como Canárias**

A história pública pode ser um ato de “abrir portas e não de construir muros”. Esta é a definição de Benjamin Filene, com a qual Juniele Almeida Rabelo e eu abrimos o livro organizado por nós sobre história pública, em 2009. Nele afirmamos que ela pode se revelar como um esforço colaborativo no sentido de democratizar a história sem perder a capacidade de análise. Nessa mesma obra Jill Liddington (2009) afirma que:

a história pública é menos sobre ou o que, e muito mais sobre “quem” ou como”. Nem tanto um substantivo, principalmente um verbo. [...] os historiadores públicos podem fornecer uma mediação necessária, inspiradora e revigorante entre o passado e seus públicos. (LIDDINGTON, 2009, p.40)

Mais do que colaborar no sentido da ampliação da audiência – no caso tratado aqui relativo à memória, saberes e fazeres da comunidade de pescadores e demais trabalhadores e trabalhadoras de Canárias –, a universidade pode construir projetos colaborativos, atenta às mudanças e necessidades desses sujeitos. Pode não apenas publicizar suas histórias, mas tornar público o debate sobre suas vivências. Isso requer mudança na forma de olhar, ver, sentir e de produzir conhecimento. Como afirmou José Gonçalves (2005), é preciso entender a “alma do lugar” no qual estamos atuando. Para isso, observamos durante o ano as práticas



cotidianas de pesca, fabricação de barcos e instrumentos feitos pelos pescadores, marisqueiras e catadores de caranguejo. Também procuramos participar do preparo e das festas em homenagem a São José e São Judas, que atraem grande parte da população ao redor.

Em cada visita à ilha das Canárias, tratamos de ouvi-los, a partir de questões de corte envolvendo suas relações de trabalho e de sociabilidade. Procuramos tratar da transmissão dos saberes; das práticas econômicas e religiosas; de suas relações com o rio e o mar; dos problemas enfrentados pelas mudanças trazidas pelo turismo. Em determinado momento, os entrevistados nos surpreenderam com as “histórias mágicas”, relacionadas a entidades que habitam a natureza circundante e que lhes dá sentido quanto aos cuidados e às explicações sobre as suas vidas.

Momentos de observação atenta e participante nos permitiu conhecer pessoas que vivem e valorizam as relações de solidariedade e que preservam memórias individuais e coletivas sobre suas dificuldades e conquistas nos últimos anos, principalmente a partir de políticas públicas. A energia elétrica e a universidade, por exemplo, às quais têm acesso há pouco tempo, segundo eles, facilitaram a vida e permitiram descobrir novas formas de socialização. Ao mesmo tempo, afastaram as novas gerações de seus pais e das práticas tradicionais da pesca, do artesanato dos barcos e da própria natureza. Vivendo sobretudo da pesca, da cata de caranguejo, da pequena agricultura do arroz e da produção de artefatos que auxiliam em seus ofícios ou que são comercializados nas cidades vizinhas, esses homens e mulheres ensinam e mostram com agilidade nas mãos e pés o trabalho que aprenderam com pais e avós e que tentam transmitir aos seus filhos. Barcos, redes, vassouras, balaios, cofos e tarrafas, além de todo artesanato com palha de buriti ou carnaúba e de doces de caju, fazem parte do dia a dia dos moradores, que se reúnem na praça ou em frente das casas para não apenas ensinar aos mais novos, mas para consertar a rede com que trabalham coletivamente e também repassar valores religiosos, morais e comunitários.

Ali contam histórias mágicas, sobre entidades que saem dos cajueiros, mulheres que choram e aparecem à noite, gritos que espantam, mas que dão sentido à existência, ao sentido de ajuda mútua, à identidade construída, entre outras coisas, pelo compartilhamento de vivências sobrenaturais, tão importantes como aquelas desenvolvidas cotidianamente. Espíritos os acompanham na pescaria,

vigiando-os, orientando-os, sinalizando perigos e estratégias de sobrevivência no mar. Graças a essas relações “mágicas”, muitas vezes, podem se orgulhar de que não haja mortos por afogamento no mar, o grande desafio. Horas de contação compartilhada, enquanto estávamos sentados com eles na praia, demonstraram que querem, conscientemente, que tudo isso seja divulgado, dado a conhecer como patrimônio (seu tesouro, sua coesão identitária) que se manifesta na memória e na tradição, assim como em suas vivências, seus sonhos e seus problemas.

A questão do equilíbrio de ecossistemas e relações de preservação é debatida constantemente pelos moradores das Canárias, que são afetados pela presença externa de ONGs, empresas de turismo e intelectuais de diferentes universidades locais. Problemas como o turismo predador que colabora para destruir a mata e facilitar o avanço de grandes dunas sobre suas casas, e a proibição, por parte de órgãos governamentais, de que continuem usando certos recursos naturais como a carnaúba ou que comercializem o caranguejo-uçá, é algo que pedem para ser discutido, assim como a participação nos benefícios que as ações de diferentes órgãos na região pode lhes trazer.

Quando chegamos à comunidade, atravessando de barco o Rio Parnaíba, éramos estranhos que para eles vinham apenas produzir trabalhos acadêmicos ou lhes ensinar sobre como viver ali, numa posição prepotente. Queríamos divulgar suas histórias, mas não entendíamos que eles queriam mais de nós. A ideia de público implicava num olhar mais extenso, profundo e democrático sobre a dinâmica social, sobre o passado que pretendiam presentificar em suas práticas, ou seja, na participação efetiva de seus membros nos modos de contar e difundir suas histórias, de observarmos e entendermos suas manifestações religiosas – como a de São José, que fortalece seus laços de pertencimento e atrai pessoas das cidades ao redor, como Parnaíba, no Piauí -, o que e como querem narrar seus feitos e quais as formas de repassá-las às novas gerações. Como elaborar, por exemplo, oficinas de saberes e fazeres aos mais jovens? Como construir um museu comunitário? Como se fazer visível aos “de fora” como cidadãos capazes de discutir seus problemas e elaborar projetos que levem em conta a paisagem como patrimônio, resultado não apenas de relações econômicas, mas afetivas, simbólicas e identitárias?

Em 1989, a UNESCO publicou a Recomendação para Salvaguarda da Cultural Tradicional e do Folclore, entendendo que lidar com as comunidades

tradicionais – como a de Canárias – significa lidar com a multiplicidade de grupos que defendem valores em conjunto, mas que também estão em constante conflito em torno do que deve ser preservado ou alterado na dinâmica cultural. É preciso abrir espaço para a discussão em torno da fragilidade e da complexidade que é trabalhar não somente com produtos, mas principalmente com produtores de bens culturais e que, muitas vezes, esperam dos intelectuais e das entidades uma parceria.

Temas como o controle da autoria, das patentes, da exploração dos recursos, das técnicas, dos sentidos de práticas como a pesca, da religiosidade, tudo isso deve ser mais do que difundido e ampliado. Precisa ser um compromisso de quem lida com a cultura sempre viva a que chamamos de patrimônio imaterial, na forma de escuta, debate e planejamento de ações. Para Gerald Zahavi:

Hoje a história pública é abrangente, empolgante, cativante e provocativa. Ela é uma avenida para a formulação e configuração de políticas públicas, por meio de pesquisas historicamente fundamentadas; ela é um veículo para ampliar nossa visão do passado através do uso sofisticado e criativo de exposições museológicas, performances teatrais, mídia audiovisual e muito mais. Ela é uma arena de disputas vigorosas, na qual adversários ideológicos disputam o legado, patrimônio e memória pública de acontecimentos ocorridos há muito ou há pouco tempo, e que ainda estão se desdobrando. (ZAHAVI, 2009, p. 53)

A história pública, desta forma, está fortemente ligada ao fomento de políticas públicas que possam lidar com as disputas entre grupos, garantir maneiras de proteger, acessar, qualificar, reinventar, transmitir e até mesmo comercializar os bens produzidos cotidianamente. Colaborar para que estigmas em torno da cultura popular – como algo exótico, folclórico no sentido pejorativo, ou meramente curioso – possam ser desconstruídos pelo conhecimento e reconhecimento da alteridade.

Nesse sentido também, Antônio Carlos Diegues chama a atenção para o fato de que a natureza deve ser entendida não por um ato de contemplação, mas de constante ação e intervenção conjunta. Sobre isso, ele afirma:

A valorização do conhecimento e das práticas de manejo dessas populações deveria constituir uma das pilastras de um novo conservacionismo nos países do Sul. Para tanto, deve ser criada uma nova aliança entre os cientistas e os construtores e portadores do conhecimento local, partindo de que os dois conhecimentos – o

científico e o local – são igualmente importantes (DIEGUES, 2000, p. 42)

A paisagem é atravessada pela cultura e relações de disputa entre homens, muitas vezes contrários às mudanças trazidas pelo discurso modernizante e exógeno à comunidade, o que pode colaborar para seu isolamento, na medida em que buscam a manutenção da tradição e de um escudo de proteção contra outras ideias e propostas, e que, por isso, são incompreendidos como “atrasados” e ignorantes. Para o autor, não se trata de contar a sua história pelo objetivo conservacionista ecológico, mas entender todas as relações de poder, conflito e desejos que envolvem a resistência contra a presença de empresas e entidades que se instalam sem consultá-los. Também implica em perceber as comunidades e as culturas populares como não homogêneas, e sim múltiplas, cindidas, marcadas por interesses e por lutas políticas entre os próprios sujeitos, o que significa a procura pela construção e divulgação de histórias diferentes, em constante processo de transformação e criação.

### Considerações finais

No início do trabalho com os trabalhadores das Canárias, em alguns momentos os alunos da universidade e eu fomos recebidos com desconfiança por eles. Algumas vezes ficamos constrangidos diante do silêncio consciente e resistente deles, que nos revelava nossas deficiências enquanto pesquisadores dispostos a difundir suas histórias.

O silêncio nos fez ver que ali não se tratava de criar um público e uma audiência para os registros escritos que faríamos de suas narrativas orais. Trabalhar com as culturas populares e suas formas de transmissão oral exige de nós, historiadores, mudança de postura diante do outro, que não é objeto, mas também sujeito da investigação, da reflexão e da divulgação de suas próprias experiências. Compreender que não são apenas habitantes de uma localidade, mas portadores de saberes e cidadãos em intensa relação com o mundo e suas demandas.

Da mesma forma, levar os dados da pesquisa para a Academia ou para museus não basta. Somos mediadores de um patrimônio processual, formado por bens materiais e imateriais diferenciados, visíveis e invisíveis, que não formam uma coleção, mas são frutos de memórias vivas. Como mediadores, não nos cabe

decidir, a partir de certa arrogância intelectual, sobre aquilo que cabe ou não ser preservado ou conservado. É preciso perceber a ressonância na comunidade daquilo que consideramos importante a partir de pressupostos acadêmicos; entender os significados que extrapolam definições técnicas a fim de entender as marcas simbólicas, as intersubjetividades que alimentam o desejo de continuidade de certas práticas e saberes da comunidade que vivencia o que consideramos chamar patrimônio.

A história pública deve ser um campo sem portas e muros, um caminho de mediação e trânsito para que estes sujeitos possam ser vistos, entendidos e reconhecidos como autores ativos de sua própria experiência. Não pode atuar apenas no sentido de facilitar o acesso e a divulgação da informação, nem de popularizá-la de forma a banalizar as experiências, mas como problematização de experiências, de aproximação entre universidade e comunidades. Deve ser, também, espelho para comunidades e universidades, no sentido de que, por meio dela, ambas possam olhar para si mesmas, conhecendo seus limites e potencialidades e reconhecendo-se como necessárias umas às outras. Antes de tudo, deve funcionar como janela, capaz de promover a acadêmicos e comunidades a possibilidade de trocar saberes, ampliar olhares sobre o mundo e perceber a relação – sem hierarquias – que os conhecimentos produzidos devem ter.

## BIBLIOGRAFIA

CANCLINI, Nelson. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.

D'ALÉSSIO, Márcia. Metamorfoses do Patrimônio: o papel do historiador. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*, Brasília, n. 34, p. 79-90, 2012.

DIEGUES, A. C. A etnoconservação da natureza. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB. 2000. p. 1-46.

DIEGUES, A. C.; PEREIRA, Bárbara E. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O livro didático e a pedagogia do cidadão: o papel do instituto histórico e geográfico brasileiro no ensino de História. *Saeculum*, Revista de História, João Pessoa, ano 11, n. 13, p. 121-131, jul./dez. 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? In: ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. de O. (orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2009. p. 31-52.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. de O. (orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2009. p. 53-65.

**Artigo recebido em 23 de dezembro de 2015. Aprovado em 01 de março de 2016.**